

## GLOBALIZAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA NO BRASIL: ENTRE AS FRONTEIRAS DA COLONIALIDADE

S.R.G. Miho<sup>1</sup>

Universidade Federal da Grande Dourados/ PPGEL- UEL

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo central contribuir para a discussão sobre o processo de internacionalização do ensino superior no Brasil, relacionados à questão da proficiência em língua inglesa e sua certificação reconhecida internacionalmente. Serão tratados os vários aspectos políticos e econômicos intrinsecamente ligados à certificação da proficiência e, principalmente, no modo como tais aspectos são representados discursivamente por meio de documentos oficiais e textos de divulgação dos programas Ciências sem Fronteiras (CsF) e Idiomas sem Fronteiras (IsF), disponíveis online. As reflexões e considerações tecidas neste trabalho são parte de resultados de pesquisa de pós-doutoramento (em andamento) junto ao grupo de pesquisas Formação de professores de língua estrangeira da Universidade Estadual de Londrina.

**Palavras-chave:** Internacionalização; Testes de Proficiência; Colonialidade

**ABSTRACT:** The central objective of this paper is to contribute to the discussion about the process of internationalization of Higher Education in Brazil by offering some elements concerning the connections of English language proficiency tests and their certification with political and economic aspects, and, mainly, how these aspects are discursively represented by official agencies through official documents and advertising texts belonging to the SwB ( Science without Borders) and LsB ( Languages without Border) programs. The considerations woven in this text are part of a research project (still in progress) developed within the research group Foreign languages teacher education.

**KEY-WORDS:** Internationalization; Proficiency tests; coloniality

Mobilidade, Fronteiras, Colonialidade.

Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de

---

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Literários pela FCLAR/ UNESP. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem -PPGEL/ UEL

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.” (QUIJANO, 2005, p.121).

O controle sobre a produção e distribuição do conhecimento é a questão central à maioria das instituições de ensino superior no contexto atual dos processos de globalização. Como lembra Quijano, o controle da cultura e, por conseguinte, das subjetividades e identidades também se encontra sob as asas hegemônicas daqueles que controlam, além da(s) língua(s) nas quais cultura, conhecimento e subjetividades podem se representar discursivamente, os meios de comunicação utilizados para esses fins. Nesse sentido, podemos concordar com o aleta feito por Pennycook, ainda na década de 1990: (2013, p.62): ‘as universidades periféricas tornam-se consumidoras de conhecimento produzido pelos centros irradiadores do conhecimento, diminuindo, assim, sua importância na construção do conhecimento em seus contextos locais e acabam servindo como uma das fontes do conhecido ‘brain drain’.

Esses dois autores contribuem para reflexões no âmbito das ações implementadas pelos programas CsF e IsF. A partir das observações de Quijano (2005) sobre colonialidade e de Pennycook (2013) sobre proficiência linguística e controle (*gate keeping*) exercido pelos testes de proficiência padronizados podemos questionar sua utilização de forma hegemônica, chegando a serem considerados ‘naturais’ ao processo de internacionalização, desmotivando a busca ou a oferta de alternativas para essa necessidade de alguma forma de avaliação linguística confiável e justificada do estudante/pesquisador que deseja integrar-se o processo.

O programa Ciências sem Fronteiras<sup>1</sup> (CsF), lançado pelo governo federal brasileiro em 2012, cujo principal objetivo era incentivar a mobilidade de estudantes e pesquisadores, procurou garantir a implementação de suas ações por meio de políticas públicas de larga-

---

<sup>1</sup> Detalhes do programa disponíveis em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>

escala, oferecendo bolsas de estudo em ‘instituições de excelência<sup>1</sup>’ no exterior. A proposta inicial foi de distribuir rapidamente 110 mil oportunidades de intercâmbio, através de editais específicos.

A louvável iniciativa, entretanto, carecia de ajustes técnicos como validação de créditos, planos detalhados de estudo e de trabalho, avaliações, além de divulgação e de retorno acadêmico, profissional ou estratégico das pesquisas realizadas. Entretanto, mais grave, até, devido à urgência e a necessidade imediata de ações, o programa não se preocupou previamente com medidas que considerassem a questão da proficiência linguística em inglês (e sua respectiva certificação aceita internacionalmente) de estudantes e pesquisadores brasileiros. Em relatório divulgado pelo Senado Federal Brasileiro, a Comissão de Ciência e Tecnologia, responsável pela avaliação do CsF, aponta para o problema da “barreira linguística” enfrentada pelo CsF. De acordo com o documento<sup>2</sup>:

Outro problema identificado no CsF, mais especificamente na forma como vinha sendo implantado, reside na barreira do idioma. As deficiências no domínio de línguas estrangeiras, particularmente do inglês, criaram dificuldades no processo de seleção e no aproveitamento dos estudos no exterior. Assim, por exemplo, no primeiro semestre de 2014, o governo brasileiro chamou de volta ao País um grupo de 110 estudantes (80 no Canadá e 30 na Austrália) que não atenderam aos requisitos exigidos pelas universidades locais, entre eles a fluência na língua inglesa. (p.44). Para resolver esse problema, o MEC criou, por meio da Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014, o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), que inclui, entre seu público alvo, potenciais candidatos às bolsas do CsF. [...] . A iniciativa foi bem-vinda, mas deveria ter sido criada algum tempo antes do lançamento do CsF. Apesar desse ajuste, ainda é preocupante o desafio da fluência. Conforme observamos na Figura 20, 10% dos beneficiários pesquisados não se tornaram fluentes na língua do país de intercâmbio. (p.45-46).

A possibilidade de se discutir um teste alternativo ao TOEFL ITP, não foi prevista pelo construto no qual se alicerça a própria instalação dos programas, como se lê nas Portarias Nº

---

<sup>1</sup> “Art. 1º Fica instituído o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.” <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>

<sup>2</sup> Disponível em: [www12.senado.leg.br/.../K-Comissao-Permanente-CCT-Pauta-20151020EXT041.pdf](http://www12.senado.leg.br/.../K-Comissao-Permanente-CCT-Pauta-20151020EXT041.pdf)  
MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

1.466<sup>1</sup>, de 19/12/2012, instituindo o programa Inglês sem Fronteiras. Mesmo sendo bastante abertas na caracterização dos tipos de exames aos quais se refere (“ exames exigidos para o ingresso em universidades anglófonas<sup>2</sup>”) se restringe à oferta de apenas um tipo de teste, fornecido por uma única empresa. Este ponto gera questionamentos a respeito das razões pelas quais um lote tão numeroso de testes foi adquirido e passou a ser um dos pilares dos programas de internacionalização CsF e IsF.

É fato incontestável que a certificação internacional de proficiência em língua inglesa é exigência feita pelas instituições de educação superior para mobilidade acadêmica. Avaliações, padronizações, prestação de contas, como afirma Sobol, citado por Menken (2008, p. 154), o problema a ser endereçado não reside nesses elementos em si, mas sim em quais tipos de padronizações, avaliações e governança nós objetivamos ter em nossos processos nacionais de internacionalização. As escolhas feitas, motivadas por necessidades e razões justificáveis no contexto de planejamento e implementação das ações, revelam posicionamentos ideológicos que reforçam os aspectos hegemônicos envolvendo a língua inglesa em meios acadêmicos.

A amplitude do tema gera múltiplos encaminhamentos para a discussão, por essa razão gostaria de me limitar a dois pontos de vista complementares sobre a internacionalização. Um deles, como descrito por Morosini e Ustárroz (2016), aponta aspectos fundamentais para que internacionalização e qualidade do ensino superior sejam dois lados de um mesmo processo.

Em meio à internacionalização, a pesquisa, o ensino e a extensão precisam ser orientados por valores de excelência. A qualidade aplicada aos sistemas universitários, conforme aclara Morosini (2008, p. 265):  
corresponde a um conceito de construção social, local e internacional; pressupõe acordo entre atores; indicadores podem ser resultantes de processos de negociação. Qualidade e excelência podem se definir pelo conceito e pela missão das

---

<sup>1</sup> Disponível em: Diário oficial da União, 19/12/2012, p.28, seção 1.

<sup>2</sup> Portaria No 1.466, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012, que institui o IsF: “ Art. 1º Fica instituído o Programa Inglês sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas.”

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

universidades. A representação social da qualidade, apesar de local, precisa do olhar dos atores externos e da comparação internacional. (MOROSINI e USTARROZ, 2016, p.38)

O segundo ponto de vista traz uma característica relevante a respeito da excelência acadêmica dos processos de internacionalização, principalmente em países em desenvolvimento, pois pode haver a tendência de se aproximar em demasia os conceitos de excelência acadêmica da aceitação de modelos oriundos das grandes instituições universitárias, consideradas centros de excelência:

Excelência acadêmica global é frequentemente descrita como uma forma de ‘internacionalização’, mas há muito pouco de ‘internacional’ nesse modelo, que simplesmente é a transfrência de modelos de capitalismo acadêmico dos E.U.A. para outro contexto nacional (Kauppi & Erkkilä, 2011). Este modelo naturalize o inglês como um meio neutro de excelência acadêmica. Entretanto, fora dos E.U.A. e de países anglófonos o English MoI (inglês como língua de instrução) é visto como uma imposição autocolonizante, como ilustra P. Choi (2010) em sua análise da introdução do English MoI na China.<sup>1</sup> (PILLER e CHO, 2013, p.31)

Os dois pontos de vista representam dois polos das disputas constantes na arena da educação universitária internacional. As pesquisadoras salientam questões de relevância e que não podem ser esquecidas quando o assunto em debate é a construção social dos sentidos e dos valores que ‘excelência’ e qualidade podem exercer sobre políticas educacionais e internacionalização, as quais realmente necessitam de acompanhamento e avaliações de outras instituições em relação à qualidade dos serviços prestados ao público nacional e internacional. Piller e Cho apresentam o lado mais pragmático da internacionalização, que se faz sentir de modo mais aparente ou visível quando se trata de educação linguística para a internacionalização. Neste processo fica em evidência a relação quase que ‘naturalizada’ entre excelência acadêmica e língua inglesa. PILLER (2016, p.176), ao discutir o Inglês como língua acadêmica global revela que em 2015, 58 das 100 melhores universidades se

---

<sup>1</sup> Global academic excellence is most often described as a form of “internationalization,” but there is very little that is truly “international” in this model, which is simply the transfer of the US model of academic capitalism to another national context (Kauppi & Erkkilä 2011). This model naturalizes English as the neutral medium of academic excellence. However, outside the US (and other Anglophone countries) English MoI is better seen as a self-colonizing imposition, as illustrated by P. Choi (2010) in her analysis of the introduction of English MoI at the Chinese University of Hong Kong. (Piller & Cho, 2013, p.31).

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

encontram em apenas três países anglófonos, segundo o *The Times Higher Education World Reputation Rankings*, o que contribui significativamente para se confundir a língua inglesa com excelência acadêmica e de pesquisa, incluindo-se nesse cenário as publicações de maior impacto. Para ter acesso e participar desse processo como estudante ou pesquisador é preciso não apenas se comunicar em inglês, mas certificar a proficiência através de testes padronizados. Esse é o ponto em comum entre a internacionalização e os testes de proficiência, especificamente o modo como os testes podem ser usados como mecanismo de seleção e controle da mobilidade por aqueles que os detêm ou controlam, aliados a interesses político-econômicos que se sobrepõem aos interesses educacionais e sociais.

Entre as pressões da economia global, que inclui a necessidade de internacionalização das universidades visando a intensificação da transferência de tecnologia e de *'know how'*, e por outro lado, o compromisso ético com o conceito de excelência descrito acima por Morosini e Ustárroz, situam-se as políticas de internacionalização e educação linguística para esse fim em nosso país. No Brasil, marcado pelas desigualdades socioeconômicas, que se fazem sentir nas diferenças de acesso, comunicação e produção discursiva na língua franca da pesquisa, ciência e tecnologia, a língua inglesa, tais políticas lograram sucesso em popularizar o tema e tornar a mobilidade mais acessível a milhares de estudantes. Além de tornar a presença e utilização dos testes de proficiência fatores constantes na dinâmica das universidades brasileiras nos processos de internacionalização, incorporando os testes à rotina das atividades acadêmicas de universidades públicas e privadas.

Uma leitura um pouco mais detalhada dos documentos que regem as ações dos programas de internacionalização em foco neste artigo<sup>1</sup> pode ilustrar alguns conceitos sobre os quais a proficiência linguística é conceituada e trabalhada pelos programas. Certos aspectos são, de fato, uma *'transferência de modelos'*, mediada pela aplicação de testes de proficiência e utilização de seus resultados. O programa se inicia com a aplicação dos testes,

---

<sup>1</sup> Portarias e editais citados anteriormente, analisados a partir de referencial de análise crítica do discurso. Parte integrante da pesquisa de pós-doutoramento desta pesquisadora (trabalho em andamento).

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. *Revista desempenho*, n. 28, v. 1, 2018.

alegadamente com funções diagnósticas, para, em seguida, serem oferecidos cursos preparatórios em duas plataformas: primeiramente, a versão online – através da aquisição de senhas junto à Cengage/Natgeo, posteriormente distribuídas aos participantes – e, então, os cursos preparatórios presenciais. Tal processo se caracteriza por um movimento retroativo, ou seja, primeiramente se testa, depois se prepara para o teste e testa-se novamente. Em suma, é um ensino instrumentalizado para o teste de proficiência pré-determinado, o que nos traz alguns questionamentos a respeito das funções avaliativas e de gestão que os testes exercem nos programas supracitados.

O primeiro edital do CsF/Fulbright faz a relação explícita entre os scores obtidos nos testes e a duração das bolsas de estudo concedidas, como se lê no texto abaixo:

CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/ FULBRIGHT/  
NOVA/HBCUs Nº 156/2013.

1.5 Neste edital os candidatos selecionados serão distribuídos em três grupos (A2, B e B1), de acordo com o período de início da bolsa e o nível de proficiência de língua inglesa. A data de início da bolsa dependerá exclusivamente do nível de proficiência de língua inglesa, avaliado a partir das notas mínimas dos testes de proficiência aceitos, conforme Tabela 1 no item 1.7.

VII. Apresentar teste de proficiência no idioma aceito pela instituição de destino. Apresentar teste TOEFL-iBT ou TOEFL-ITP, realizado após 01 de fevereiro de 2012, ou realizar o teste TOEFL-ITP gratuito, vide informações no item 3.3. a) Para os candidatos ao Grupo B, apresentar teste TOEFL-iBT, com no mínimo 79 pontos, ou TOEFL-ITP, com no mínimo 550 pontos. b) Para os candidatos ao Grupo B1 que não obtiverem o nível mínimo de proficiência, mas tendo conseguido pontuação maior ou igual a 61 pontos no TOEFL iBT, ou 500 pontos no TOEFL-ITP, poderão ser beneficiados, a critério da CAPES, com curso de língua inglesa de até oito semanas nos EUA, imediatamente anteriores à realização do curso de graduação, nos meses de julho e agosto de 2014, integrando o Grupo B1. c) Para os candidatos ao Grupo A2 que obtiveram nota no TOEFL-ITP entre 437 e 499, ou nota entre 41 e 60 no TOEFL- iBT, poderão participar, a critério da CAPES, de curso de língua inglesa de seis meses nos EUA, imediatamente anteriores ao início do curso de graduação, nos meses de agosto de 2014 a janeiro de 2015.

Tomando-se como referência as informações e requisitos descritos pelo edital, pode-se notar que as ações de capacitação da portaria referem-se a auxiliar os estudantes brasileiros, participantes potenciais do CSF, a alcançarem as notas de corte mínimas para que possam usufruir dos cursos de idiomas nos países de destino, e posteriormente, da bolsa de estudos em nível de graduação. Uma das características relevantes do teste é a ausência de sessões

em que se avaliem as habilidades produtivas dos candidatos: escrita e fala. Tal fato reforça a função de nivelamento do teste TOEFL ITP

Um exemplo do uso político de testes de proficiência é apresentado por Barni (BARNI,2015, p53). Um decreto ministerial do governo italiano emitido em 2010 institui a obrigatoriedade de testes de italiano para imigrantes. Uma das justificativas de tal medida é a escala do CERF, conferindo àquela lista de descritores linguísticos o poder de autorizar esse tipo de teste. Segundo Barni, no caso italiano: “ O construto e o design dos testes são orientados pela política, considerações práticas e financeiras são priorizadas em relação à significação social. Assim como a administração e a avaliação de testes escritos exigem muito menos que exames orais e abertos.<sup>1</sup> No caso brasileiro também há um uso político dos testes utilizados pelo programa CsF e e IsF, embora, diferentemente do caso italiano, o teste escolhido e adotado seja anterior à idealização da política, ele também exerceu grande influência no desenho e na implementação de outras ações do programa IsF, além da concessão de bolsas, como os curso presencias de preparação para os exames de proficiência. Não há como o estudante se inscrever para os cursos se não tiver, primeiramente, seu nível de proficiência diagnosticado pelo TOEFL ItP, oferecido gratuitamente.

Como sabemos, no sentido burocrático e contábil, estar de posse do certificado de proficiência é condição *sine qua non* para ingresso no programa de bolsas CsF. Contudo, deve-se ter em mente que o TOEFL ITP é um teste de nivelamento e que não contempla as habilidades produtivas, o que impossibilita uma aferição um pouco mais realista do desempenho que o estudante pode ter em atividades acadêmicas. Nesse sentido, parece pertinente a observação feita por Menken (MENKEN,2008, p.155) a respeito da política de testes padronizados em Nova York e a posição dos educadores daquele estado: “[...] they argue that current testing policies are driven more by politics than by what is educationally sound, resulting in educational decisions that are not best suited to meeting the needs of ELL students.”.

---

<sup>1</sup> *The test construct and design are policy-based, and practical financial considerations are given priority over social significance, as the administration and assessment of written tests are much less demanding than oral and open ones.*

A aquisição dos testes TOEFL ITP foi uma solução rápida para a demanda por capacitação e certificação dos estudantes/pesquisadores brasileiros. Porém, certificação é um dos fatores, aquele em uma das pontas de um processo de educação linguística que, de acordo com as medidas adotadas, toma a questão da proficiência linguística como um problema a ser resolvido e não como um recurso a ser trabalhado, o que limita o desenvolvimento da pretendida capacitação, através do efeito ‘washback’ exercidos pelos testes de proficiência. Tal concepção de proficiência tem suas raízes em políticas lançadas pelo Reino Unido – logo seguida pelos Estados Unidos - baseadas nas ideias de ‘*development aid*’ e ‘*modernization*’, como explica Pennycook<sup>1</sup> (2013), acentuadas logo após a segunda guerra mundial. Resumidamente, a falta de proficiência em língua inglesa seria um obstáculo ao desenvolvimento e à modernização de países do então chamado “Terceiro Mundo”.

Como se lê no site do Conselho Britânico<sup>2</sup>, a função social da instituição é de troca de experiências educacionais e cooperação. Porém, interesses político-econômicos e, posteriormente, corporativos estão nas bases da ação supostamente humanitária. Ações na área educacional e de desenvolvimento profissional e, principalmente, linguístico, empreendidas pelo Conselho Britânico, foram seguidas por ações ainda mais fortes e estruturadas por agências governamentais e não governamentais norte-americanas, como afirma Pennycook (2013,) a maior influência dos E.U.A. nos pós-guerra foi mais poder neocolonial que colonial, exercida através de instituições políticas, econômicas e educacionais, como, por exemplo, as fundações Rockefeller, Fullbright, Carnegie, Ford, todas controladas pelo Departamento de Estado, a Agência Internacional para o Desenvolvimento, Departamento de Educação e Departamento de Defesa, entre outros.

---

<sup>1</sup> Significant in the ‘aid’ that was sent to the ‘undeveloped’ countries were large educational programmes. Modernization theory, and particularly that aspect of it known as ‘human capital theory’, stressed the importance of investment in the ‘improvement’ of the workforce through education. ( p.56)

<sup>2</sup> <https://www.britishcouncil.org.br/about/press/ex-alunos-de-universidades-brit%C3%A2nicas-celebram-conquistas>

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

A implementação de programas financiados por aquelas agências estabeleceu um terreno fértil para uma nova fase do colonialismo: através da língua, de bens culturais e da veiculação de valores ideológicos associados aos produtos culturais postos em circulação através da língua inglesa. Desde então, segundo o autor, a tendência a uma padronização da língua e sua homogeneização se tornou um dos fortes braços do mercado de serviços do Reino Unido, onde o mercado de produtos relacionados à língua inglesa era, à época, a sexta maior fonte de renda do Reino Unido.<sup>1</sup>

Um dos setores desse mercado que gerou competição foi o de testes de proficiência. O concorrente norte-americano (Toefl) ainda mantém a liderança sobre o similar britânico, o teste IELTS, sendo o instrumento mais utilizado para a finalidade de testes de proficiência desde seu lançamento, na década de 1960. Pennycook traz números desatualizados (a primeira edição do livro é da década de 1990), mesmo assim são uma referência para comparação com o número dos mesmos testes aplicados no Brasil entre 2013 e 2015. Segundo o autor, em 1987, foram aplicados 452,00 testes TOEFL em 1.100 centros aplicadores distribuídos em 170 países, gerando uma renda de 14 milhões de dólares para a ETS.<sup>2</sup>

Templer (2002) traz os seguintes dados sobre o TOEFL e o TOEFL ITP dos anos 2000: A empresa ETS aplicou mais de 12 milhões de testes ao redor do mundo, lucrando aproximadamente \$700 milhões de dólares no ano de 2002. O teste TOEFL ITP ( adotado pelo ISF) Segundo o autor é uma ‘ fonte de dinheiro’, pois usa formulários já em desuso pelos testes mais atualizados. É uma versão mais curta e mais barata do teste, que permite às escolas licenciadas a aplicarem os testes, ao custo aproximado de \$20 a\$ 45 dólares por teste.<sup>3</sup>

Comparem-se os dados acima com o seguinte anúncio:

---

<sup>1</sup> Indeed, the British Invisible Export Council rated English language courses as the sixth highest source of invisible exports for the UK in 1985 (behind financial institutions, tourism, shipping, civil aviation and telecommunications and postal services), (Pennycook,p.174).

<sup>2</sup> Another significant aspect of the global EFL market is the EFL examination market. In 1987 it was estimated that about 452,000 examinees at more than 1,100 centres in 170 countries and areas took the TOEFL exam, generating an income for the US-based organization of some £9.5 million (about US\$14 million).

<sup>3</sup> Another money-maker called the Institutional Testing Program is a shorter test based on TOEFL ‘retired versions’. A school can be licensed to administer this exam, which costs from US\$20-45 per person

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.



Figura 1 Anúncio do Programa Mais Amigos, disponível em: <https://www.facebook.com/unidosmais>

E a notícia divulgada sobre o assunto em site especializado em divulgação de notícias (<http://aap.dino.com.br>) em dezembro de 2016;

Na última quinta-feira (15) o Grupo +Unidos - uma parceria entre a Embaixada dos EUA por meio da Agência de Desenvolvimento Internacional Americana (USAID) e as empresas americanas no Brasil, reuniu em São Paulo, executivos para apresentação dos últimos resultados das iniciativas apoiadas pelo Grupo, além de anunciar a ampliação dos investimentos em projetos em parceria com o terceiro setor.<sup>1</sup>

O programa Mais Unidos<sup>2</sup> apresenta uma proposta bastante arrojada, se comparada aos números do século passado nos países nos quais o teste TOEFL tinha seu mercado assegurado. As cifras também são pantagruélicas. Se 452.000 testes geraram um lucro de 14 milhões de dólares, 1 milhão de testes poderia gerar, aproximadamente o dobro daquele valor, hipoteticamente. Proficiência, neste contexto, é utilizada como sinônimo de certificação.

Mas, no programa Isf como um todo, desde o seu início, proficiência também é colocada metonimicamente como uma qualidade inegável de ‘falantes nativos’.

“ Segundo o MEC, a Mastertest, empresa credenciada no Brasil pela Educational Testing Service (ETS), fará a aplicação de 500 mil testes para verificar o nível de inglês dos alunos das universidades brasileiras. No

<sup>1</sup> Disponível em: <http://app.dino.com.br/releases/grupo-unidos-deve-ampliar-investimentos-em-iniciativas-de-responsabilidade-social-dino890118131131>

<sup>2</sup> O +Unidos é uma parceria entre a Missão Diplomática dos Estados Unidos, por meio da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e empresas americanas estabelecidas em território brasileiro. O grupo busca contribuir com a competitividade do país apoiando a qualificação profissional por meio da proficiência do inglês e tem como missão capacitar 1 milhão de estudantes brasileiros de Universidades Federais nos próximos 10 anos.

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

Brasil, existem 250 mil testes prontos. Eles aguardam a finalização do sistema de inscrição para serem aplicados. ”

“A partir do diagnóstico do nível de conhecimento do idioma, feito pela Mastertest, os alunos que alcançarem melhor resultado podem ser selecionados para cursos presenciais. Para auxiliar nesta etapa, o MEC prevê a vinda de 200 professores americanos de várias regiões dos Estados Unidos. A expectativa é que, em um primeiro momento, 20 mil alunos sejam atendidos.<sup>1</sup> ”

A simples justaposição dos textos acima revela um posicionamento que nos coloca como ‘deficitários’ nesta parceria. O anúncio da vinda de “200 professores americanos de várias regiões dos Estados Unidos para auxiliar nessa etapa” e a “missão de capacitar 1 milhão de estudantes na proficiência” auxilia na construção dessa interpretação e direciona a reflexão para um aspecto importante da colonialidade, no contexto aqui circunscrito: o “native speakerism”. Proponho conectá-lo com as palavras de Quijano (2005) citadas anteriormente, no que se refere ao controle sobre o acesso, a produção e a distribuição do conhecimento, associando ao fator ‘*gatekeeping*’ do teste de proficiência a concepção de native-speakerism de Holliday , que reconhece este fenômeno como a causa e a consequência do ‘caráter colonial que continua a envolver os profissionais de ELT’ ( English Language Teaching) ao redor do mundo de tal forma que “It has become an all-pervading entity whose tentacles hold a vice-like grip on almost all aspects of English language learning, teaching and testing around the world.” (HOLLIDAY,2005, p.29).

### Considerações finais

Retomando o tema sugerido por Park e Wee (2012, p. 166), políticas linguísticas, seja no planejamento, na gestão ou em outras práticas que visam mudar comportamentos linguísticos, engajam-se com o mercado linguístico de um modo ou de outro. Ao pensarmos sobre aspectos que representam alguma forma de acomodação, podemos afirmar que os testes,

---

<sup>1</sup> (<http://www.abc.com.br/educacao/2013/03/estudantes-ja-podem-se-inscrever-no-programa-ingles-sem-fronteiras-> . Último acesso:19/07/2016)

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

os cursos on-line e a distância são produtos já existentes no mercado linguístico que se encaixaram de forma adequada às necessidades vivenciadas pelo Brasil naquele momento (2013). Precisávamos de um diagnóstico, de algum tipo de nivelamento ou algum outro instrumento capaz de funcionar, ao mesmo tempo, como um mecanismo de seleção e de gerenciamento, ou, “*gate keeping*’ e ‘*accountability*’. A inexistência, em anos anteriores, de ações semelhantes àsquelas implementadas pelo IsF criou, de certa maneira, um espaço para que os produtos linguísticos se adaptassem de forma quase que imediata e aparentemente, sem resistência, devido à necessidade de se solucionar os problemas da baixa proficiência em língua inglesa e falta de certificação.

Embora a iniciativa seja bem-vinda, é apenas um passo da caminhada. E ações orientadas para a acomodação podem ser questionadas e, subsequentemente, transformadas ou transformadoras. No caso dos testes TOEFL ItP, assim como em casos de cursos e orientações presenciais, há uma apresentação unilateral e hegemônica do ‘falante nativo’. Na seção de “*Listening Comprehension*” do teste, o áudio traz registros de ‘*native speakers*’ em situações acadêmicas ou do cotidiano. E para os cursos e orientações presenciais, o ‘falante nativo’ é apresentado como valoroso e importante para a consecução dos objetivos dos programas CsF e IsF.

As representações de proficiência e a valorização do falante nativo e do caráter de ‘excelência’ apresentadas pelos textos oficiais e informativos oferecidos pelo programa IsF chamam a atenção pelo fato de não atentarem para modo como essas representações nos diminuem em relação aos norte-americanos e suas instituições participantes, pois a descrição das ações os caracterizam como detentores da “proficiência”, do conhecimento linguístico e do poder de oferecer-nos essa oportunidade de acesso. A vinda de duzentos professores falantes nativos de várias regiões estadunidenses reforça aspectos da afirmação de Holliday sobre esse tema:

Once a particular group of people, defined upon cultural or linguistic grounds, are demarcated as able or unable to carry out certain tasks by virtue of this native-speakerist imagery, an ethos of discrimination is set up which impacts on all parties. The core precept here is imagining that people who are labelled ‘non-native

speakers' to be culturally deficient. If this precept were removed, the whole cycle of native-speakerism would be disarmed.” ( HOLLIDAY, 2005, p.28)

Entretanto, desarmar o ciclo do ‘native speakerism’ é uma tarefa hercúlea, lenta e essencialmente, coletiva. É uma transformação cultural decorrente do questionamento e da possível transformação da política de acomodação, como afirmam Park e Wee (2012, p. 166) da qual o projeto de pesquisa sobre ELF pode figurar como exemplo.

No caso dos programas em discussão, é rara a menção ao ensino ou à possibilidade de se trabalhar com o ELF -Inglês Língua Franca. Além do peso ideológico – de se considerar ELF como um código por si, e não apenas um dos usos do SE (*Standard English*) - uma hipotética adoção do ELF como centro norteador das ações desta política poderia gerar uma demanda de ordem logística: como faríamos, então, em relação à certificação? Quais testes existem para o ELF? Elder e Davies (2006) apresentam um modelo alternativo de testes para ELF, o qual “ se assemelha ao TOEFL e ao IELTS, mas admite acomodações”. O texto descreve quatro diferentes usos de ELF. Os três primeiros usos, ainda são baseados nos normas do falante nativo (ELDER e DAVIES, 2006, p.282), reproduzindo, destarte, o modelo deficitário em relação ao falante não-nativo. Por outro lado, o quarto uso de ELF, aquele que considera ELF um código independente do inglês padrão, embora seja baseado nele, não pode ser visto como deficitário, pois as necessidades contextuais em cada atualização comunicativa são compartilhadas e estabelecidas por aqueles envolvidos naquela comunicação específica e se sobrepõem à normatividade da língua padrão em favor da inteligibilidade e troca de informações. Neste caso, a língua padrão ou *Standard English*, associada à variante do falante nativo, é um ponto comum de apoio e não de restrição à comunicação, aprendizagem e construção de conhecimento em cenários de educação superior.

Como a proposta deste texto era levantar alguns pontos para reflexão a respeito das relações entre forças que desenham os contornos de processos de internacionalização no Brasil e suas reafirmações de ideologias hegemônicas, via gatekeeping, as palavras de

Jennifer Jenkins são apropriadas para estas considerações, por expressar claramente a necessidade de repensarmos a questão de testes e certificação de proficiência para fins acadêmicos em função de uma interculturalidade *de facto*.

Isso não afirma que nenhum teste de língua inglês seja necessário, como fazem Hu e Mackey(2012). É simplesmente argumentar que é tempo de as práticas de gatekeeping dos testes existentes terminarem, e para que testes mais apropriados sejam desenvolvidos, que avaliem a adequação para estudo acadêmico de futuros alunos ( falantes nativos e falantes não nativos) em universidades multiculturais onde o inglês é trabalhado como língua franca, não como língua nativa, não correndo o risco de reconhecer os resultados dos alunos de maneira equivocada. <sup>1</sup>( JENKINS, 2014, P.160)

A necessidade de testes de língua inglesa para a admissão em universidades e instituições de pesquisa em que o ensino se dá nesse idioma pode ser pensada, alternativamente à questão político-econômica do gatekeeping, como uma forma de avaliação necessária o desenvolvimento do processo de aprendizagem que se pretende realizar e serviria a propósitos educativos de interesse locais, das instituições e estudantes envolvidos, sem o interesse velado de geração de lucros e manutenção de mercados consumidores por grandes corporações do ramo de serviços educativos.

Exemplos de modelos alternativos aos testes de proficiência para fins acadêmicos foram desenvolvidos por iniciativa de pesquisadores, professores e em diferentes países. Algumas delas, como aquela sugerida por Elder e Davies, utiliza testes padronizados com acomodações, sem interferir no construto do teste em que se baseia. Outra opção dentre aquelas disponíveis no mercado e de preço relativamente acessível é o Michigan test. (TEMPLER, 2002, p.209). Paralelamente aos testes industrializados em larga escala, testes alternativos foram desenvolvidos e implementados. Três exemplos merecem destaque:

1. APIEL: Lançado em 1997 pelo College Board, seria um concorrente de outros testes como TOEFL/IELTS, O exame APIEL (Advanced Placement International English

---

<sup>1</sup> This is not to claim that no English language entry test is needed, as do Hu and Mackey (2012). It is simply to argue that it is time for the gatekeeping practices of the existing test to end, and for a more appropriate tests to be devised that evaluate prospective university students (both NE's and NNE's) linguistic suitability for academic study in intercultural university environment where English works as a lingua franca, not as native language, and thus, not to risk ' mis-recognizing' student achievement. . (Jenkins, 2014, p.160)

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

- Language). Um teste melhor, mais barato e de fácil aplicação/administração. Foi descontinuado em 2002. (Templer, 2002, p.209)
2. MUET: Sudeste Asiático, 1999, Malaysian University English Test (MUET) desenvolvido e administrado pelo Conselho Malaio de Exames. (TEMPLER2002, p. 209)
  3. KPG: Greek National Certificate of Language Proficiency, known by its Greek acronym KPG (ΚΠΠ) – exame desenvolvido e controlado por órgãos governamentais gregos, sem fins lucrativos. (DENDRINOS, 2013, p.8)

APIEL, o primeiro exemplo, era uma alternativa de testes para competir no mercado dominado por TOEFL e IELTS, principalmente em países europeus. Sua descontinuidade foi justificada por questões financeiras. Por outro lado, MUET e KPG não tem fins lucrativos. Ambos consideram questões culturais e logísticas locais na elaboração de seus construtos, questões, temas a serem abordados, com a sugestão de Jenkins (2014). Um aspecto relevante no caso do exame grego KPG é a concepção multilinguística e intersemiótica que embasa o desenvolvimento do teste, como descrito por Dendrinós (2013).

A adoção em larga escala de testes de proficiência linguística cujo construto, validação, questões, pontuação e usos dessa pontuação adequam-se como solução para suprir uma necessidade imediata. Essa adequação seria razão suficiente para a permanência desse mesmo tipo de testes por mais dez anos? As concepções e discussões desenvolvidas por pensadores como Quijano (2005), Kumaradivelu (2016), Pennycook (2013), Piller (2016), Phillipson (2016) oferecem possibilidades críticas para se pensar sobre o tema, questionando, por exemplo, a hegemonia dos produtos culturais europeus ou ocidentais, dos quais os testes de proficiência e valores a ele agregados, como o ‘native speakerism’ são parte integrante no contexto sob análise. Isso porque a intenção intercultural e multilinguística é conduzida por instrumentos caracteristicamente monolíngues, não compatíveis com as necessidades de comunicação multilinguística e multimodal nas sociedades da informação.

Refletir sobre aspectos linguísticos essenciais à globalização através das lentes da colonialidade nos oferece a oportunidade de repensar alguns paradigmas que envolvem as atividades diretamente ligadas ao ensino de língua inglesa e, também, das pesquisas conduzidas nessa área, como sugere Kumaradivelu:

Fazendo pesquisa proativa em vez de reativa, com a visão de se reduzir a exaustiva e exclusiva dependência de conhecimentos vindos dos sistemas centrais. Diferentemente da pesquisa que é limitada em grande parte por testes e aplicação do conhecimento recebido, pesquisas proativas envolvem prestar atenção às experiências locais de ensinar e aprender, identificando questões de pesquisa, produzindo conhecimento original e submetendo-o à posterior verificação<sup>1</sup>.  
( KUMARAVADIVELU, 2016, p.82)

### Referências Bibliográficas

- BARNI, M. In the name of CEFR: Individuals and standards. In: SPOLSKI, B et ali.(eds) **Challenges for Language Education and Policy; Making space for people**. New York: Routledge, 2015, p.48-58
- BLACKLEDGE, A. **Discourse and Power in a multilingual world**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005
- DENDRINOS, B. Social Meanings in Global-Glocal Language Proficiency. In: TSAGARI,D. PAPANOMA-SOPHOCLEUS,S., S. & IONU-GEORGIU,S. (eds.). **International Experiences in Language Testing and Assessment**. Peter Lang Edition (Language Testing and Evaluation series), Vol. 28, 2013.
- ELDER, C. & DAVIS, A. (2006). Assessing English as Lingua Franca. **Annual Review of Applied Linguistics**, 282-301. Cambridge University Press, 2006.
- GURUZ, K.. **Higher Education and International Student Mobility in Knowledge Economy**. New York: State University of New York, 2011
- KUMARAVADIVELU , B. The Decolonial Option in English Teaching: Can the Subaltern Act? **TESOL QUARTERLY** Vol. 50, No. 1, March 2016., p.66-85
- HOLLIDAY, A. **(En) Countering Native-speakerism – Global Prspectives**. New York: Palgrave MacMillan, 2015
- JENKINS, J. **English as International Lingua Franca in international university, the politics of academic English Language Policy**. London/New York: Routledge, 2014

---

<sup>1</sup> .Doing proactive, rather than reactive, research with the view to reducing exhaustive and exclusive dependency on center-based knowledge systems. Unlike reactive research that is mostly limited to testing and applying the received wisdom, proactive research involves paying attention to the local exigencies of learning and teaching, identifying researchable questions, producing original knowledge, and subjecting it to further verification (Kumaradivelu, 2016, p.82)

MIHO, S. R. G, Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. **Revista desempenho**, n. 28, v. 1, 2018.

- MAIS UNIDOS. disponível em: <https://www.facebook.com/unidosmais>
- MEC, M. d. (28 de 09 de 2016). Ciência sem fronteiras. Fonte: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>
- MENKEN, K. **English Learners Left behind: standardized tests as language policy**. Clevedon/Bufalo/Toronto: Multilingual Matters, 2008
- MOROSINI, M E USTÁRROZ, E. Impactos da Internacionalização da educação superior na docência universitária: construindo a cidadania global por meio do currículo globalizado e da competências interculturais. Brasília: **Em aberto.**, v. 29, p.35-46, 2016
- PARK, J & WEE, L. **Markets of English, linguistic capital and language policy in a globalized world**. New York: Routledge, 2012
- PENNYCOOK, A. **The Cultural Politics of English International Language**. New York: Routledge, 2013.
- PHILLIPSON, R. Native speakers in linguistic imperialism. **Journal for Critical Education Policy Studies** Volume 14, Number 3. Disponível em: <http://www.jceps.com/wp-content/uploads/2016/12/14-3-4.pdf>. Acesso em 01/03/2017
- PILLER, I & CHO, J. Neoliberalism as language Policy. **Language in Society** 42, 23-44. Disponível em: <http://www.languageonthemove.com/journal-articles/>
- PILLER, I. **Language Diversity and Social Justice**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2016
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf).
- SENADO FEDERAL DO BRASIL. Avaliação do programa Ciência sem Fronteiras. @015. Disponível em: [www12.senado.leg.br/.../K-Comissao-Permanente-CCT-Pauta-20151020EXT041.pdf](http://www12.senado.leg.br/.../K-Comissao-Permanente-CCT-Pauta-20151020EXT041.pdf). Acesso em 26/02/2017
- SIQUEIRA, A.C. Higher Education Reform in Brazil: reinforcing marketization. **Journal for Critical Education policy studies**. Vol.7, n.1, p. 170-191, 2009. Disponível em: <http://www.jceps.com/archives/598> . Acesso em: 22/02/2017
- TEMPLER, B. High-Stakes Testing at High Fees: Notes and Queries on the International English Proficiency Assessment Market. In: **Journal for Critical Education Policy Studies** Volume 2, Number 1. Disponível em: <http://www.jceps.com/archives/414> . Acesso em 03/03/2017